



TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO FORMAL EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Joana D'arc Dias Cunha ¹
Luciano Laurindo dos Santos ²

RESUMO

A comunidade ribeirinha Tauiry, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, no município de Itupiranga, sudeste do Pará, é um exemplo do processo histórico de disputas territoriais na Amazônia, envolvendo povos tradicionais e atores com capital nacional e estrangeiro. Essa comunidade tem um histórico de conflitos pela posse de seu território, sendo o mais emblemático o ocorrido em meados dos anos 1980, durante a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Atualmente, a comunidade Tauiry está novamente envolvida em uma nova trama territorial. Trata-se da disputa pelo rio Tocantins, território de memórias, pesca, lazer e subsistência para seus moradores, em decorrência do projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins. Nesse contexto de conflitos por território, esta pesquisa busca analisar como os moradores de Tauiry percebem a escola e a educação formal na comunidade. A proposta metodológica escolhida para a realização deste trabalho é o estudo de caso, baseada em Yin (2001), a partir de uma estrutura que contém as seguintes fases: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados; e elaboração do relatório final.

Palavras-chave: Território, Ribeirinho, Educação Formal.

RESUMEN

La Comunidad Ribereña de Taury, ubicada en la margen izquierda del río Tocantins, en el municipio de Itupiranga, sureste del estado de Pará, es un ejemplo del proceso histórico amazónico de disputas territoriales que involucran a pueblos tradicionales y actores con capital nacional y extranjero. Esta comunidad tiene un historial de conflictos por la propiedad de su territorio, el más emblemático de los cuales ocurrió a mediados de la década de 1980 durante la construcción de la Central Hidroeléctrica de Tucuruí. Actualmente, la comunidad de Taury se encuentra nuevamente envuelta en una nueva disputa territorial: el río Tocantins, un territorio de memorias, pesca, ocio y subsistencia para la comunidad, resultante del proyecto de la hidrovía Araguaia-Tocantins. En este contexto de disputas territoriales, esta investigación busca analizar cómo los habitantes de la comunidad de Taury perciben la escuela y la educación formal en la comunidad, y si las prácticas educativas formales se entrelazan con la realidad ribereña actual. En esta red de disputas territoriales, esta investigación busca analizar cómo los habitantes de la comunidad de Taury perciben la educación escolar y formal en la comunidad, y si las prácticas educativas formales están interconectadas con la realidad ribereña actual. El enfoque metodológico elegido para esta investigación fue el estudio de caso, según lo propuesto por Yin (2001), basado en una estructura que incluye las siguientes fases: inicio con la delimitación de la unidad de caso; recolección de datos; selección, análisis e interpretación de datos; y elaboración del informe final.

Palabras clave: Territorio, Ribera, Educación Formal.

ABSTRACT

The Tauiry riverside community, located on the left bank of the Tocantins River, in the municipality of Itupiranga, southeastern Pará, is an example of the historical process of territorial disputes in the Amazon. These conflicts involve traditional people and actors with national and foreign capital. The community has a history of conflicts over the possession of

¹ Discente Curso de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, joana.cunha@ufnt.edu.br;

² Professor orientador, doutor em Geografia, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins. UFNT. luciano_to@hotmail.com



its territory, the most emblematic of which occurred in the mid-1980s, during the construction of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant.

Currently, the Tauiry community is once again involved in a new territorial plot. This involves the dispute over the Tocantins River, a territory of memories, fishing, leisure, and subsistence for its residents, due to the Araguaia-Tocantins waterway project. In this context of territorial disputes, this research seeks to analyze how the people of the Tauiry community perceive the school and formal education within the community. The methodological approach chosen for this research is the case study, based on Yin (2001), structured in the following phases: delimitation of the case unit; data collection; selection, analysis, and interpretation of the data; and final report preparation.

Keywords: Territory, Riverside People, Formal Education.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, campus de Araguaína. A comunidade Ribeirinha Tauiry, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, município de Itupiranga, sudeste do estado do Pará, é um exemplo do processo histórico amazônico de disputas territoriais envolvendo povos tradicionais e atores com aporte de capitais nacionais e estrangeiros. Sobre a Amazônia, estamos nos alicerçando em Becker (2005) e Porto-Gonçalves (2001). No que se refere especificamente a Amazônia Oriental, as nossas referências são, CHAVES (2015) e SANTOS (2021).

A comunidade tem um histórico de conflitos envolvendo a posse de seu território, o mais emblemático foi em meados dos anos de 1980, durante o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Atualmente, a comunidade Tauiry está novamente envolvida em uma nova trama territorial. Trata-se da disputa envolvendo o rio Tocantins, território de memórias, pesca, lazer e subsistência da comunidade, em decorrência do projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins. O conceito de território empregado para essa pesquisa é de acordo com Saquet (2015) e Raffestin (1993). No que se refere ao debate teórico sobre ribeirinhos, seguimos o pressuposto teórico de BRITO (2018), BRITO, & SHIMASAKI (2020), BRITO & SANTOS (2024).

Nessa trama de disputas por território, esta pesquisa visa analisar como os moradores da comunidade Tauiry percebem a escola e a educação formal. A proposta metodológica escolhida para a pesquisa é o estudo de caso (Yin, 2001). Para a coleta de dados, serão utilizados os seguintes procedimentos: análise documental, observação direta, mapas, ofícios, relatórios técnicos, atas da escola e da associação de moradores, caderno de campo, registro fotográfico e entrevistas temáticas.



A pesquisa está em andamento, com a revisão bibliográfica e documental em desenvolvimento. Em julho deste ano, realizamos o primeiro trabalho de campo para conhecer o território, fazer os primeiros contatos com a comunidade e identificar potenciais entrevistados para a próxima etapa.

METODOLOGIA

A proposta metodológica escolhida para a realização deste trabalho de pesquisa foi o estudo de caso, Yin (2001), a partir de uma estrutura que contenha as seguintes fases: Iniciando com a delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório final.

O caso em estudo é a educação escolar formal na comunidade ribeirinha Tauiry, localizada na Margem esquerda do rio Tocantins, na Amazônia Oriental, município de Itupiranga, sudeste do estado do Pará. Os entrevistados neste caso serão os representantes da associação de moradores, anciãos, jovens e adultos desta comunidade, incluindo os que estudaram na escola nos últimos 05 anos e aqueles que não frequentaram a escola da comunidade.

Em relação aos procedimentos para a coleta de dados, estamos propondo a utilização da análise documental, observação direta, mapas, ofícios, relatórios técnicos, atas da escola e associação de moradores, caderno de campo, registro fotográfico e entrevistas temáticas (CHIZZOTTI, 2006; GIL, 1995; GOMES, 1994).

Durante o primeiro e o segundo trabalho de campo, identificaremos os potenciais entrevistados, que incluem: representantes da comunidade, de movimentos sociais e de organizações não governamentais que defendem os territórios ribeirinhos, o presidente da associação, estudantes da escola maiores de idade, anciãos da comunidade e pescadores experientes.

O roteiro da entrevista será elaborado com base nos objetivos da pesquisa e em documentos bibliográficos essenciais para esta fase.

Após identificar os possíveis entrevistados, apresentaremos o projeto de pesquisa e faremos o convite para a participação, com a assinatura de um termo de consentimento que segue os padrões da UFNT. Uma vez aceito o convite, agendaremos o local e a data para a conversa, sempre respeitando as condições impostas pelo entrevistado, incluindo a permissão ou não para a divulgação de seu nome no relatório final.

Depois de realizadas todas as entrevistas, faremos a transcrição e a análise. Se necessário, retornaremos a campo para buscar respostas a possíveis lacunas. O processo final será a organização



das entrevistas no relatório para a apreciação da banca do programa de mestrado em Geografia da UFNT.

Por fim, registramos que a proposta de pesquisa está em trâmite na “plataforma Brasil”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto de pesquisa está em curso, selecionamos os autores norteadores para a pesquisa, pretendemos estabelecer como pilares, os conceitos de território, territorialidade, educação formal, Amazônia Oriental, comunidades e povos tradicionais, com foco em ribeirinhos, a partir dos seguintes autores: Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Eliseu Pereira Brito, Luciano Laurindo dos Santos, Rosangela Ferreira de Rocha Sá, Airton Sieben, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Antonio Carlos Diegues, Bertha K. Becker e Carlos Walter Porto-Gonçalves, como atores principais.

Como a nossa pesquisa faz parte da linha estudos da paisagem e do território, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, o conceito norteador da nossa pesquisa é o território, na perspectiva de Raffestin (1993) e Saquet (2015).

O território está atrelado com as relações atribuídas das necessidades de produzir e de viver, ligando o indivíduo à materialidade do ambiente, realizando interação entre si. O território se baseia no processo de relações sociais, passando a gerar conflito social pautado na disputa pelo poder e domínio do espaço. Raffestin (1980), afirma que o poder está atrelado dentro da parte intrínseca inserida em toda relação de domínio exercida dentro de um território.

Nesse sentido, o território além de estar atrelado ao poder existe valores culturais, recursos ecológicos, simbólicos e humanos no qual, se faz presente em cada território como forma de identificar sua própria identidade. “O território é um desses conceitos complexos, substantivados por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o modo de vida.” (SAQUET 2007. P. 13).

Para o autor, ao elencar a complexidade e a relação entre território e modo de vida, o território passa a ser compreendido como um espaço produtivo, apropriado e vivenciado. Além de ser marcado por relações de poder, redes de pertencimentos e pela construção simbólica que os sujeitos fazem do seu espaço.

O território para Saquet (2007), expressar conflitos e rupturas, sendo palco de disputas entre diferentes projetos de vida, pertencimentos e usos. Tornando o conceito mais dinâmico e politizado. Portanto, o território é mais que um espaço físico, pois, o mesmo integra pensamento, cultura, relações sociais e práticas cotidianas, é produzido por relações sociais



estruturadas economicamente, tensionadas politicamente, expressas culturalmente e mediadas pela relação com a natureza. Um vez que essas dimensões nem sempre ou quase nunca são equilibradas pois, frequentemente a presença da dimensão econômica e política no qual se sobrepõe às outras como por exemplo a expansão do agronegócio em áreas indígenas, ribeirinhas ou periféricas onde há claramente um desequilíbrio estrutural que moldam território e afetam sua vivência.

No que concerne ao teórico sobre ribeirinhos, um dos elementos centrais na nossa pesquisa, aliado ao território, estamos partindo do entendimento de que esse coletivo, apesar de sua importância histórica e ecológica, frequentemente enfrenta desafios relacionados a manutenção dos seus territórios, ao acesso a políticas públicas, à educação formal, à saúde, dentre outros, geralmente, desafios vinculados a expansão dos interesses do capital nacional e/ou internacional.

Estudar as comunidades ribeirinhas é, portanto, essencial para compreender a diversidade sociocultural do Brasil, as relações existentes entre território e identidade, bem como as tensões entre tradição e modernidade nos espaços amazônicos e fluviais, conforme destacam (BRITO, 2012) e (BRITO, SANTOS, 2025),

A figura do ribeirinho emerge não apenas como um habitante às margens dos rios amazônicos, mas como um sujeito territorial, cuja existência está intrinsecamente ligada à paisagem fluvial e aos ritmos da natureza. Brito e Santos (2025) ressalta que a economia de subsistência, enraizada no conhecimento empírico e nos modos tradicionais de viver, é o alicerce da territorialidade ribeirinha, construída a partir da interação equilibrada com o ambiente tais como: pesca, o extrativismo e a agricultura de várzea são práticas que não apenas garantem a sobrevivência material, mas também passam a estruturar as relações sociais e culturais dessas comunidades tradicionais.

Sob essa perspectiva, a territorialidade ribeirinha é compreendida como espaço vital sendo atreladas aos saberes tradicionais e suas experiências cotidianas, além do uso do espaço no qual o território passa a ser produzido indo além da materialidade física passando a ser simbólico e identitário. Essas comunidades construíram sua história e cultura ao longo do tempo, além de ter manter sua resistência frente às pressões externas que buscam mecanizar ou desconfigurar o modo de vida ribeirinho, conforme salientam Almeida, Sieben e Machado, 2021).

O rio é basilar para a organização da vida ribeirinha (Brito, 2018). Partimos do princípio de que os ribeirinhos possuem uma identidade própria, construída por meio de seus vínculos com o rio. O uso do espaço territorial e a cultura são elementos fundamentais para



definir o ribeirão. Essas comunidades tradicionais são caracterizadas por seu modo de vida particular, que inclui diversos aspectos, como o uso do território e dos recursos locais, orientados por seus saberes e relações sociais dentro da comunidade.

O rio oferece várias formas de interação para a comunidade ribeirinha, seja para o trabalho (pesca e navegação), lazer ou práticas esportivas. Dessa forma, uma identidade ribeirinha é criada, na qual o rio exerce um papel crucial na sua territorialização. O rio é um locus de vida, como aponta Brito (2025).

Na perspectiva de Santos, L.L. & Brito, E.P. (2025) e Brito, E.P. & Santos, L.L. (2024), os ribeirinhos vivem inúmeros conflitos por disputas e controle de territórios nas margens dos rios. Nos últimos cinquenta anos, a Amazônia tem sido palco de diversos conflitos envolvendo a disputa pelo controle de territórios ribeirinhos, principalmente entre agentes econômicos e políticos. Esses conflitos quase sempre resultam na desorganização das comunidades ribeirinhas e de suas territorialidades.

No que concerne ao debate teórico sobre educação formal, Freire, (1996), salienta que, esse modelo de educação busca promover a formação integral do indivíduo, “lapidando”, ou seja, preparando para o exercício da cidadania, assim como também para o mundo do trabalho além da convivência social. Assumindo papel estratégico na promoção da equidade e na superação de vulnerabilidades históricas pautadas nas desigualdades sociais sendo, portanto, uma ferramenta essencial de transformação social.

Ensinar, na perspectiva de Freire (1987, 1996), não se baseia em uma transmissão de conteúdos, perpassa por outras facetas no qual o sujeito está entrelaçado. Pois, ensinar é um ato de criar um diálogo, onde quem ensina também aprende sendo um processo mútuo no viés educacional, não existe docência sem um planejamento e uma metodologia com objetivos claros e coerentes. O processo de ensino aprendizagem não pode ser uma via de mão única é preciso haver uma interação entre o sujeito e objeto.

Nesse sentido, para Arroyo (2012), a educação formal dentro das comunidades ribeirinhas representa um importante instrumento de inclusão social, cidadania e preservação cultural. Inserida em contextos marcados por desafios territoriais, socioeconômicos e logísticos, ela ultrapassa a simples escolarização para tornar – se uma ponte entre o saber tradicional e o conhecimento sistematizados. O educador que atua nesse território precisa se despir da idéia de detentor do saber e se abrir ao conhecimento construído pelas vivências sociais. Pois, os saberes da floresta, das águas e das tradições não cabem nos currículos engessados e distantes da realidade.



Nessas comunidades, a escola assume papel multifuncional, ou seja, além do espaço de ensino, é também local de convivência, proteção e construção de identidade. Entretanto, é fundamental aprofundarmos uma discussão do movimento enquanto sujeito pedagógico. Arroyo (2012) traz dimensões importantes para essa reflexão, que pode ser vista como componentes do movimento de práticas educativas.

A ação libertadora, está atrelada a dependência dos oprimidos tendo como ponto de partida sua vulnerabilidade de distintas formas entre a reflexão e ação, ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. (FREIRE, 2012).

No que concerne a questão do Estado, do aparato de leis sobre o reconhecimento desses povos e comunidades tradicionais no Brasil, mesmo que tardiamente, trata – se do reconhecimento de direitos, de territórios, de culturas ameaçadas por processos históricos de marginalização, de violência e expropriação.

Em um cenário marcado por disputas territoriais, o avanço do agronegócio e políticas de invisibilização, ou seja, pensar sobre esses povos é também refletir sobre justiça social, sustentabilidade e democracia. Portanto, discutir os povos e comunidades tradicionais é dar visibilidade às resistências que eles protagonizam, às contribuições que oferecem à preservação ambiental além da pluralidade cultural do país e problematizar as desigualdades históricas que ainda marcam suas trajetórias.

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como.

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Essas comunidades e povos tradicionais, potencializam alguns aspectos específicos onde determina seus próprios modos de vida. Tendo uma relação específica com uso das terras ocupadas e seus recursos naturais criando vínculos com seu espaço ocupado indo além do simples bem econômico. O território implica fatores simbólicos culturais e históricos. A esse respeito o autor é enfático ao afirmar que:



Os caboclos/ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, estes inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias, que por sua vez regula a vida dos caboclos. Esse ciclo sazonal rege as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca dos habitantes da região (Maybury-Lewis 1997). Quando começa a cheia, torna-se impossível fazer roça e mesmo a pesca e a caça tornam-se mais difíceis. (DIEGUES, 2000. P. 48.)

Verifica – se, a existência da relação íntima entre os ribeirinhos e os ciclos naturais com meio. O território não é apenas um espaço físico ocupado, mas um espaço vivido, simbólico e construído das relações cotidianas entre sujeito e natureza. A dinâmica natural dos rios está profundamente entrelaçado com ribeirinhos e caboclos, as cheias de vazantes não se baseia apenas em fenômenos ambientais, mas também em estruturas baseadas em cultura, economia e organização social desses povos tradicionais

Portanto, para Almeida (2008), compreender a sazonalidade dos rios amazônicos atrelados a vida dos ribeirinhos é reconhecer que suas práticas agrícolas, extrativistas e pesqueiras não seguem os moldes do agronegócio ou até mesmo da produção capitalista linear, mas os ritmos cíclicos da natureza. Impondo a necessidade de respeitar esses modos de vida nos debates sobre as políticas públicas, territorialidade e sustentabilidade, sob pena de invisibilizar formas legítimas e históricas de habitar e cuidar do território.

Esse processo de organização e reconhecimento revela que os povos e comunidades não são apenas objetos de política pública, mas sobretudo, sujeitos de direito com capacidade de autodefinição, representatividade própria e legitimidade política para intervir nos rumos de seu futuro. Dentro dos artigos 6º e 7º da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) toda e qualquer medida tomada no qual afeta direto ou indiretamente o direito dos povos e comunidades devem ser previamente consultados. Estabelecendo uma forma de propiciar a efetiva participação das comunidades. Onde os mesmos irão decidir o que é ou não importante para eles.

Percebe – se, que esses povos e comunidades tradicionais ficam protegidos na forma da lei, sendo eles consultado de toda e qualquer eventualidade que possa ocorrer dentro de seu espaço ocupado, fazendo com que os mesmos junto com a comunidade local possam discutir de forma clara e objetiva com todos os povos existentes dentro de uma mesma comunidade e assim dando livre arbítrio para tomar suas próprias decisões. No sentido de preservar seu bem estar social dessas comunidades. Enfatizando a importância de proteger seus territórios, suas culturas, economias e acima de tudo suas organizações tanto materiais quanto imateriais dentro de seus desejos e interesses ali presentes.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em curso, estamos realizando revisões bibliográficas e documental acerca das temáticas envolvendo a pesquisa, realizamos em julho do corrente ano o primeiro trabalho de campo, visando conhecer a comunidade, estabelecer os primeiros contatos e identificar possíveis pessoas para convidá-las para entrevistas.

Ficou perceptível a relação próxima da comunidade com o rio, a maioria das casas são construída em frente ao rio, é corriqueiro ver nos quintais e na frente das casas, artefatos relacionados a pesca e pessoas confeccionando ou reparando tarrafas e redes de pesca. Tivemos a impressão de um espírito de comunidade entre os habitantes, no dia a dia e na materialidade da comunidade, onde por exemplo, os quintais na sua maioria são comunitários, não havendo cercas e até meses atrás, devido não haver um poço artesiano na comunidade, as famílias que tinha em seus quintais poços artesanais forneciam alguma para todos os vizinhos próximos, gerando assim uma rede de solidariedade.

Realizamos mais de 15 visitas a residências conhecendo as famílias, ficou perceptível o jeito simples, o acolhimento e por outro lado, também, ouvimos questionamentos, mesmo que de forma educada, sobre “cadê a universidade” vai fazer alguma reunião aqui quando? Ou vai ficar vindo só você e seu orientador?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa visa produzir um material científico capaz de provocar um debate constante na sociedade local e nacional no que concerne aos direitos dos povos tradicionais, nesse caso específico, os ribeirinhos, sujeitos amazônicos de direitos.

A proposta de pesquisa atende a área de concentração do mestrado em Geografia da UFNT, no que concerne ao estudo das dinâmicas espaciais com foco nos estudos, nesse caso, sobre território, com complexidade geográfica, ao passo que pretendemos evidência através do debate sobre educação formal e território ribeirinho, os desafios cotidianos de uma comunidade ribeirinha frente às dinâmicas territoriais que os povos tradicionais da Amazônia Oriental vivenciam atualmente.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

ALMEIDA, R. C. M; MACHADO, L. M; SIEBEN, A. Memórias alagadas: nova cartografia social dos impactos causados pela UHE de Estreito à comunidade ribeirinha de Palmeiras do Tocantins-TO. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 41, p. 186-211, ago., 2021, Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59551/32550> Acessado em 13 de Agosto de 2025.

ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias / Miguel G. Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FILHO, A. C. et MENDES. A. B. V. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. Revista Estudos avançados.v.19.n.53.2005. disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em 19 de março de 2024.

BRITO, E. P. et SÂ, R. F. R. Redefinições territoriais a partir de um estudo de caso com ribeirinhos do Município de Babaçulândia-TO. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 13, n. 44 Dez/2012 p. 156–167, Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+Artigo+12%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+Artigo+12%20(1).pdf) . Acesso em: Acessado em 13 de Agosto de 2025.

BRITO, Eliseu Pereira de. SOBRE OS RIBEIRINHOS TOCANTINENSES: história e resistências . *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 14, p. 33–48, 23 Out 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7116>. Acesso em: 17 abr 2025.

BRITO, E. P. et SHIMASAKI, M. M. Territórios e identidades dos ribeirinhos pescadores vazanteiros do rio Araguaia em Araguatins, Tocantins », *Confins* [En ligne], 48 | 2020, mais en ligne le 19 décembre 2020, consulté le 19 mars 2025. URL : <http://journals.openedition.org/confins/34236>. Acesso em 19 de março de 2024.

BRITO, E. P. de; SANTOS, L. L. dos; SANTOS, L. L. dos. Memórias ribeirinhas e hidrelétricas na Amazônia: o caso da barragem de Tucuruí. GeoPUC, Rio de Janeiro, Brasil, v. 16, p. e 00111, 2024. Disponível em: <https://geopuc.emnuvens.com.br/revista/article/view/111>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, BRITO, E.P; L. L. dos; SANTOS, L. L. dos. A comunidade Tauiry e a derrocagem do pedral do Lourenço, o rio Tocantins entre o global e o local Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia 67 | 2025 Número 67. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/62873?lang=pt> . Acessado em 13 de Agosto de 2025.



DIEGUES, Antonio Carlos. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo, Fevereiro de 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. Ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

CHAVES, Patricia Rocha. Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012017-121543/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 8^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos e Pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995.

Yin R. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.
Porto-Gonçalves C.W. Amazônia, Amazônia. São Paulo: Contexto.2011.

PORTO GONÇALVES, C. V. Amazônia, Amazônias. 1^a Ed. São Paulo: Contexto, 2001

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, L. L. Territórios, territorialidades e lutas sociais na Amazônia Oriental. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.